



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

MANIFESTAÇÃO

Campinas, 07 de janeiro de 2026.

Processo: PMC.2025.00063503-16

Interessado: Secretaria Municipal de Administração (SMA)

Assunto: Minuta de Decreto que dispõe sobre a aplicação da repactuação, do reajuste em sentido estrito e da revisão nos contratos administrativos firmados pela Administração Pública Direta do Município de Campinas.

À Secretaria Municipal de Administração
Senhora Secretária,

Em atenção ao despacho da lavra de Vossa Senhoria (**DOC 16803614**), examinamos a Minuta de Decreto (**DOC 16750069**) e apresentamos as seguintes sugestões para o aperfeiçoamento do texto normativo, seguidas das justificativas pertinentes, a saber:

1) Art. 1º, § 1º - excluímos, porque aplicam-se aos contratos de obras e de serviços de engenharia e de arquitetura os institutos do reajuste e da revisão, consoante especificados no Decreto, independentemente de regulamentação complementar. Bem por isso, agregamos ao § 1º do art. 9º e ao § 2º do art. 13 a figura do profissional orçamentista da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

2) Art. 1º, § 1º (antigo § 2º) – alterado em decorrência do art. 29 do Decreto 22.734/2023.

3) Art. 2º - ajustamos a redação em vista do art. 6º, incisos LVIII e LIX e do art. 124, II, d) e incluímos o inciso IV com a definição de Matriz de Riscos.

4) Art. 3º - introduzimos os novos §§ 4º e 6º para tratar de itens de mão de obra não incluídos na Convenção Coletiva (*e.g. assistência médica*) e da alteração da data-base das categorias, como já ocorreu em casos concretos, ensejando consultas da Municipalidade (DOC 17334517 e 17334730).

5) Art. 4º, § 2º - incluímos a previsão da preclusão lógica e temporal do pedido de repactuação, a exemplo do que ocorre com a revisão (art. 131 da NLLC).

Cabe registrar que **a redação do § 2º fora inspirada no art. 57, § 7º, da IN 05/2017 SEGES** e encontra amparo nas decisões do TCU, a conferir uma bastante esclarecedora:

Contratação pública – Contrato – Repactuação de contrato prorrogado – Impossibilidade – Preclusão lógica – TCU

O TCU, ao decidir acerca da possibilidade de repactuação de contrato prorrogado, concluiu que “a solicitação de repactuação contratual feita pela empresa (omissis) em 10/4/2007, com efeitos retroativos a 1/5/2005, encontra óbice no instituto da preclusão lógica. Com efeito, há a preclusão lógica quando se pretende praticar ato incompatível com outro anteriormente praticado. In casu, **a incompatibilidade residiria no pedido de repactuação de preços que, em momento anterior, receberam a anuência da contratada.** A aceitação dos preços propostos pela Administração quando da assinatura da prorrogação contratual envolve uma preclusão lógica de não mais questioná-los com base na majoração salarial decorrente do acordo coletivo ocorrido em maio de 2005. 62. A contrario sensu, **ao se admitir que os efeitos da repactuação pudessem retroagir a períodos anteriores à data da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual, o juízo discricionário feito pela Administração acerca da conveniência e oportunidade em prorrogar o contrato (juízo este baseado na qualidade dos serviços prestados e na adequação dos preços até então praticados) restaria comprometido.** É nesse sentido que o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ao dispor sobre a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, estabelece, como finalidade, a “obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração” que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deixe claro o prazo dentro do qual poderá o contratado exercer, perante a Administração, seu direito à repactuação contratual, qual seja, da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado **até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar**”. (TCU, Acórdão nº 1.827/2008, Plenário, Rel. Min. Benjamim Zymler, DOU de 29.08.2008.)

6) Art. 6º - caput e § 1º - ajustamos para prazo mensal, e não em dias, consoante estabelecido no art. 92, § 6º da Lei Federal 14.133/2021 (NLLC). Retiramos justificativa para ampliação do prazo “no Estudo Técnico Preliminar da contratação”, eis que as dificuldades se revelam, em regra, contemporaneamente à análise da repactuação. Adicionalmente, alteramos a “interrupção” do prazo pela “suspensão”, nas hipóteses de necessidade de complementação de documentação ou de parecer jurídico. Isso porque o prazo inicial só começa a contar com o pedido devidamente instruído, segundo o “caput” (“devida instrução”). A IN 05/2017 SEGES também prevê a **suspensão** do prazo (art. 57, § 5º).

7) Art. 7º, § 2º - retiramos o final “no caso de reajustes subsequentes, da data a que o reajuste anterior se referiu.”, porque a disciplina dos reajustes subsequentes consta do § 3º.

8) Art. 7, §§ 2º e 4º - No § 2º completamos com remissão ao § 4º e, no § 4º retiramos a menção a “método ordinário” de orçamentação, eis que na contratação direta, não raro, as

propostas correspondem aos orçamentos ou mesmo não há outros orçamentos/propostas, nos casos de exclusividade.

9) Art. 7º, § 5º - acrescentamos “no Termo de Referência” a fim de oferecer resposta ao questionamento lançado no **DOC 16719998** (“É certo que, quando o termo de contrato for substituído por instrumentos equivalentes, as cláusulas necessárias devem ser neles previstas, no que couber. Nesse caso, a nota de empenho, quando atua em substituição ao termo de contrato, cumpre a exigência do art. 95, § 1º, da Lei nº 14.133/2021?”).

10) Art. 7º, § 10 – inserimos disposição similar ao § 4º do art. 6º, sobre a possibilidade de consulta à PGM em caso de dúvida jurídica, retirando-a do art. 9º, § 5º.

11) Art. 9º, *caput* e § 1º - readequamos a redação do *caput* para retirar o ponto final do meio da frase, incompatível com a técnica-legislativa. Acrescentamos a previsão de reajuste dos contratos de obras e serviços especiais de engenharia e de arquitetura.

12) Art. 9º, §§ 3º e 4º (antigos §§ 2º e 3º) - alteramos a contagem de prazo para mensal e a “suspensão”, em lugar da “interrupção” do prazo de análise, na mesma linha da repactuação.

13) Art. 9º, § 5º (antigo § 4º) - acrescentamos disciplina para o requerimento do reajuste pela Contratada e fixação de prazo com suas consequências.

14) Art. 11, *caput* e inciso I –No *caput*, inserimos a expressão “antes de eventual prorrogação” decorrente do art. 131, parágrafo único da NLLC. No inciso I, agregamos o evento “conhecido posteriormente”, ao lado do evento superveniente, a ensejar a revisão de preço, eis que a existência de fato desconhecido previamente, revelada *a posteriori*, que acarrete a mudança das condições contratuais, deve propiciar o reequilíbrio contratual.

15) Art. 12, parágrafo único – inserimos as disposições contidas no art. 103, § 5º, incisos I e II, da NLLC.

16) Art. 13, § 3º - introduzimos o trecho “em vista das situações elencadas na cláusula de matriz de risco e da aplicação dos arts. 22, 92 inc. IX, e 103 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.”.

17) Art. 13, § 5º - relembramos a disciplina da preclusão, que merece atenção, segundo doutrina extraída da Zênite Fácil, disponível em <https://www.zenitefacil.com.br/pesquisaCliente>:

Contrato – Reequilíbrio econômico-financeiro – Prazo –Preclusão temporal

Questiona-se a previsão do parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021, no sentido de prever hipótese de preclusão lógica ou temporal. Segundo apontado, “considerando que o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021 define prazo máximo para a apresentação de eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, concluímos que **a inobservância desse prazo determina como efeito a preclusão temporal do direito ao reequilíbrio**. Recomendamos, por fim, **fazer constar clara previsão em contrato sobre os efeitos da prorrogação e do término da vigência em**

relação ao direito de solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste. Nesse mesmo sentido, em atenção ao princípio da boa-fé e lealdade contratual, a gestão contratual deve chamar atenção do contratado para exercício de tais direitos e as consequências da preclusão". (Grifamos.) (O parágrafo único do art. 131 da nova Lei de Licitações previu hipótese de preclusão? Em caso positivo, trata-se de preclusão lógica ou temporal? Zênite Fácil, categoria Perguntas e Respostas, set. 2022.)

18) Art. 15, caput e § 1º - alteramos a contagem de prazo para mensal e a "suspensão", em lugar da "interrupção" do prazo de análise, na mesma linha da repactuação e do reajuste.

19) Art. 15, §§ 3º e 4º - substituímos ambos pelo § 3º com previsão similar ao art. 6º, §1º para padronização do tempo de resposta e sua prorrogação excepcional.

20) Art. 18, parágrafo único – ajustamos a redação para incluir a possibilidade de previsão de cláusulas e obrigações do Decreto *sub examine* nos Termos de Referência, além dos instrumentos substitutivos do contrato, eis que cediço que a Nota de Empenho ou as Ordens de Fornecimento são, em regra, bem simplificadas.

Diante de todo o exposto, com a anuência da Sra. Secretária Municipal de Gestão e Controle em exercício, apresentamos anexa Nova Minuta de Decreto com as sugestões incorporadas (DOC [17345325](#)) para apreciação da Secretaria Municipal de Administração, recomendando o envio **ao Núcleo Técnico-Legislativo da PGM, previamente à deliberação final do Excelentíssimo Prefeito.**

Nesse ensejo, renovamos nossos protestos de elevada e distinta consideração.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 07/01/2026, às 15:34, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TANIA MARIA CALCAGNO VAZ VELLASCO PEREIRA, Secretário(a) Municipal em Exercício**, em 07/01/2026, às 15:35, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17345409** e o código CRC **D1F8318A**.